



Acompanhamento das Expectativas Econômicas

03/08/2026

O Relatório Focus desta semana apresentou revisões favoráveis para a inflação e parte dos indicadores externos. Também houve pequeno aumento na estimativa para a dívida pública e recuo na mediana das projeções para a Selic.

No cenário inflacionário, o IPCA-15 avançou 0,06% em julho, abaixo da mediana das expectativas (0,22%), e desacelerou de 4,8% para 4,5% em 12 meses. A surpresa baixista concentrou-se em passagens aéreas, seguros de automóveis e gasolina, enquanto a alimentação no domicílio veio ligeiramente abaixo do esperado, reforçando a desaceleração no curto prazo. Os serviços subjacentes perderam força na margem, em parte devido à queda dos preços dos seguros de automóveis, que têm apresentado oscilações. Em sentido contrário, os bens industriais subjacentes

surpreenderam para cima, pressionados pelos itens de higiene pessoal. Nesse contexto, a mediana das projeções do Focus para o IPCA recuou de 5,12% para 5,03% em 2026 e permaneceu em 4,22% para 2027. Para o IGP-M, diminuiu de 5,42% para 4,54% neste ano e manteve-se em 4,16% no próximo. A projeção para os preços administrados passou de 5,00% para 4,93% em 2026 e permaneceu em 3,90% para 2027.

Os indicadores de atividade reforçaram a percepção de estabilização gradual da economia. No trimestre encerrado em junho, a taxa de desemprego ficou em 5,4%. Com ajuste sazonal, permaneceu em 5,5%, diante da estabilidade da população ocupada e do avanço de 0,1% da força de trabalho. O emprego formal ficou praticamente estável, enquanto o informal cresceu 0,2%. A massa salarial real efetiva

recuou 0,4%, acompanhando a queda do rendimento médio. No mercado de crédito, as concessões livres permaneceram praticamente estáveis em termos reais e com ajuste sazonal, resultado da alta de 1,8% para as empresas e da queda de 1,6% para as famílias. As concessões direcionadas diminuíram 0,6%.

Apesar da moderação das novas concessões, o saldo total de crédito acelerou de 4,7% para 4,9% na comparação anual, em termos reais. A inadimplência do sistema avançou 0,1 ponto percentual, para 4,7%, acompanhada pela elevação dos atrasos entre 15 e 90 dias. Em conjunto, os dados indicam que o mercado de trabalho permanece aquecido, mas apresenta sinais de acomodação, enquanto as condições de crédito se tornam mais restritivas.

Nesse contexto, a mediana das projeções para o crescimento econômico permaneceu em 1,99% em 2026, mas recuou de 1,60% para 1,57% em 2027.

A leitura mais favorável da inflação corrente, combinada aos sinais de desaceleração gradual da atividade, amplia o espaço para a continuidade da flexibilização monetária. Assim, a mediana das projeções do Focus para a Selic ao final de 2026 recuou de 14,00% para 13,75%.

Para a reunião desta semana, espera-se que o Copom reduza a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,00%, em decisão unânime. Apesar da evolução mais benigna da inflação e da atividade doméstica, o Comitê deve manter uma

comunicação cautelosa diante da desancoragem das expectativas de longo prazo e das incertezas externas. A sinalização deve preservar a possibilidade de novos cortes, condicionados aos dados, sem antecipar o ritmo ou a extensão do ciclo.

Nas contas externas, o déficit em conta corrente recuou de US\$ 5,2 bilhões em junho de 2025 para US\$ 2,3 bilhões em junho deste ano, favorecido pelo superávit comercial de US\$ 8,8 bilhões. Em 12 meses, diminuiu para US\$ 61,3 bilhões, equivalente a 2,5% do PIB, e permaneceu integralmente coberto pelo investimento direto no país, que somou US\$ 89,3 bilhões, ou 3,6% do PIB, após o ingresso mensal de US\$ 9,1 bilhões. A mediana das

projeções do Focus para o déficit em conta corrente aumentou de US\$ 60,0 bilhões para US\$ 61,1 bilhões em 2026 e recuou de US\$ 61,1 bilhões para US\$ 61,0 bilhões em 2027. Para o investimento direto no país, avançou de US\$ 77,85 bilhões para US\$ 78,45 bilhões neste ano e de US\$ 79,85 bilhões para US\$ 80,0 bilhões no próximo. Já a estimativa para o superávit comercial subiu de US\$ 76,2 bilhões para US\$ 76,8 bilhões em 2026, mas diminuiu de US\$ 77,85 bilhões para US\$ 77,7 bilhões em 2027.

Nas contas públicas, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 55,3 bilhões em junho, elevando o resultado negativo acumulado em 12 meses de 1,1% para 1,2% do PIB

A dívida bruta avançou de 81,0% para 81,9% do PIB, enquanto a líquida passou de 67,9% para 68,5%. O déficit nominal, excluídos os swaps cambiais, aumentou de 10,4% para 10,6% do PIB, acompanhado pela elevação das despesas com juros, de 9,3% para 9,4%. Nesse quadro, a mediana das projeções do Focus para a dívida líquida em 2026 subiu de 69,8% para 69,9% do PIB. As estimativas para os déficits primário e nominal permaneceram em 0,5% e 8,7% do PIB. Para 2027, mantiveram-se em 73,4% do PIB para a dívida líquida e em 0,4% e 8,2% do PIB para os respectivos déficits.

No Brasil, a agenda econômica da primeira semana de agosto será marcada pela decisão de política

monetária. Na segunda-feira (3), serão divulgados o Índice de Confiança Empresarial e o IPC-S de julho, pela FGV e o PMI da indústria de transformação, pela S&P Global. Na terça-feira (4), o IBGE apresentará a Pesquisa Industrial Mensal de junho. Na quarta-feira (5), serão conhecidos o PMI composto, o fluxo cambial semanal, o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) de julho e a decisão do Copom sobre a Selic, atualmente em 14,25% ao ano. Na sexta-feira (7), serão divulgados o IGP-DI de julho, pela FGV, e os dados de produção e vendas de veículos, pela Anfavea. Ao longo da semana, a Fenabreve apresentará os emplacamentos de julho. Nos Estados Unidos, serão divulgados os índices PMI e ISM da indústria de

transformação, o relatório Jolts, o levantamento ADP e os pedidos semanais de seguro-desemprego. Na sexta-feira, serão conhecidos o relatório de emprego de julho e a taxa de desemprego.

Notas	Variável	Realizado 2025	Realizado 2026	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2026					Valores projetados para 2027				
					Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano	Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					31/07/26	24/07/26	03/07/26	30/04/26	02/01/26	31/07/26	24/07/26	03/07/26	30/04/26	02/01/26
5	PIB	2,29%	1,84%	1,97%	1,99%	1,99%	1,99%	1,85%	1,80%	1,57%	1,60%	1,69%	1,75%	1,80%
5	PIB Indústria	1,44%	1,63%	1,26%	1,90%	1,90%	1,79%	1,40%	1,40%	1,30%	1,30%	1,50%	1,50%	1,70%
5	PIB de Serviços	1,82%	2,14%	1,83%	2,00%	2,00%	1,98%	1,92%	1,80%	1,64%	1,64%	1,70%	1,85%	2,00%
5	PIB Agropecuário	11,70%	0,67%	7,53%	1,52%	1,60%	1,70%	1,80%	2,00%	2,00%	2,00%	2,30%	2,80%	2,80%
2	IPCA	4,26%	3,36%	4,64%	5,03%	5,12%	5,30%	4,89%	4,06%	4,22%	4,22%	4,18%	4,00%	3,80%
2	IGP-M	-1,04%	3,28%	3,18%	4,54%	5,42%	5,68%	5,50%	3,95%	4,16%	4,16%	4,10%	4,00%	4,00%
1	SELIC	14,90%	14,15%	14,72%	13,75%	14,00%	14,00%	13,00%	12,25%	12,00%	12,00%	12,00%	11,00%	10,50%
2	Câmbio	5,50	5,18	5,28	5,20	5,20	5,20	5,25	5,50	5,28	5,29	5,28	5,30	5,50
3	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	65,24%	67,88%	65,15%	69,90%	69,80%	69,84%	69,90%	70,23%	73,40%	73,40%	73,40%	73,43%	73,77%
3	Conta Corrente (em US\$ bi)	-66,72	-25,09	-64,14	-60,00	-60,00	-60,00	-61,20	-67,00	-61,00	-61,10	-61,10	-62,00	-65,00
3	Balança Comercial (em US\$ bi)	59,73	28,65	67,49	76,80	76,20	76,20	75,00	66,00	77,70	77,85	75,00	75,00	70,00
3	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	77,68	37,91	83,31	78,45	77,85	76,00	75,00	74,00	80,00	79,85	79,50	77,58	77,93
2	Preços Administrados	5,28%	3,70%	5,52%	4,93%	5,00%	5,00%	4,98%	3,73%	3,90%	3,90%	3,86%	3,80%	3,71%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 31/07/2026

Notas: 1- dados até julho/26; 2- dados até maio/26; 3- dados até maio/26; 4- dados até março/26; 5- dados até março/26

Vide nota de referência de período.



Dúvidas?

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS - SUESP
estudos@cnseg.org.br